



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 23/10/2013 , faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0014716-32.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Marcela Cristina Paula Francisco dos Santos**  
 Requerido: **Banco Itaucard Sa**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Marcela Cristina Paula Francisco dos Santos** move ação em face do **Banco Itaucard S/A**, alegando ter celebrado com o réu contrato de cartão de crédito, que é de adesão, não tendo oportunidade para discutir suas cláusulas e condições. O réu desde o início lhe cobrou valores abusivos, exigindo-lhe juros remuneratórios capitalizados mensalmente, inviabilizando o pagamento da fatura mensal. Os encargos moratórios extrapolaram os limites da legalidade. Sobre o saldo devedor os juros mensais capitalizados atingiram 3,85%. Outros encargos moratórios, tais como comissão de permanência e spread se mostram excessivos. Provocou o Procon sem sucesso. Os juros remuneratórios não podem ultrapassar 1% ao mês. O ganho excessivo praticado pelo réu viola o parágrafo 4º, do artigo 173, da Constituição Federal. O excesso recebido pelo réu enseja a repetição em dobro por força do parágrafo único, do artigo 42, do CDC. Pede a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para impedir que o réu negative o nome da autora em bancos de dados. Pede a procedência da ação para ser feita a revisão contratual, desde o princípio da contratação, limitando-se os juros remuneratórios a 1% ao mês, vedada a capitalização mensal dos juros, condenando-se o réu à repetição do indébito ou a compensação dos valores pagos a maior com a dívida, condenando o réu ao pagamento de honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 16/35.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

O réu foi citado e contestou às fls. 39/54 dizendo que não praticou abusividade alguma, todos os encargos remuneratórios e moratórios constam explicitados no contrato e encontram sustentação no ordenamento jurídico. Improcede a ação. Documentos às fls. 56/78.

Réplica às fls. 82/87.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC, já que a prova é essencialmente documental e está nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide, e não traria absolutamente nada de útil para o acervo probatório.

A taxa de juros remuneratórios praticada pelo réu e referida na inicial não superou a média dos juros remuneratórios apurada pelo Bacen no mercado financeiro ao tempo da celebração do contrato de cartão de crédito. Aplicável à espécie a Súmula 596 do STF. Inexiste abusividade decorrente do fato da taxa de juros remuneratórios superar 1% ao mês, consoante entendimento consagrado na Súmula 382 do STJ.

Em conformidade com a Súmula Vinculante nº 7 do STF: "a norma do parágrafo terceiro, do artigo 192, da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/03, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de Lei Complementar".

Quanto à capitalização mensal dos juros remuneratórios, houve expressa previsão contratual do critério mensal de capitalização, conforme se colhe do contrato de fls. 56/66. Trata-se de contrato padrão expressamente aceito pela autora, tanto que reconheceu ter feito uso do cartão de crédito para atender as suas necessidades. Essa conduta é de plena aceitação as mencionadas regras contratuais, as quais não se ressentem de abusividade alguma. Contraditória a postura da autora em reclamar das taxas de juros e do critério de capitalização mensal depois de utilizar os valores que atualmente compõem o seu débito. O STJ tem legitimado esse comportamento contratual do banco, consoante os julgados seguintes: REsp 603.643, REsp 1.128.879, REsp 906.054, REsp 915.572, REsp 1.112.879.

Não faz sentido impedir o réu de negativar o nome da autora em bancos de dados ou efetuar o protesto do título nas situações típicas do exercício regular de seu direito contratual. Se a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

autora não quer sofrer os impactos advenientes dessas negativas e protestos terá que manter pontualmente as obrigações pecuniárias contratuais.

Não existe valor algum a ser repetido pela autora. O réu não cometeu nenhum excesso. As cláusulas contratuais atinentes aos encargos remuneratórios e moratórios são válidas e eficazes.

**JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Condeno a autora a pagar ao réu, R\$ 1.000,00 de honorários advocatícios, ora arbitrados em conformidade com § 4º, do artigo 20, do CPC e custas do processo, verbas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo artigo 12 da Lei 1.060.

P.R.I.

São Carlos, 29 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**